

Outro choque? Ninguém acredita mais nesta idéia.

Medidas feijão-com-arroz ou um novo choque heterodoxo? Qual seria a saída para a crise econômica que o País atravessa? Ninguém tem a solução milagrosa, capaz de resolver todos os problemas de uma vez. Mas economistas, empresários e pessoal ligado à área de pesquisa de opinião esperam que, no mínimo, o governo tenha bom senso, corte gastos que precisam ser cortados, esqueça investimentos desnecessários, tenha força e independência, política para resistir às pressões de despesas que, certamente, virão junto com as eleições. De outro lado, também se espera uma maior colaboração dos empresários, com ou sem pacto.

Roberto Nicolau Jeha, diretor-adjunto do Departamento de Economia da Fiesp. Nesse último ano de gestão (nos seis meses finais não conseguirá fazer nada) o governo Sarney tem de esquecer o que é política, eleições, partidos e procurar fazer com que o navio saia de águas tormentosas, para que o próximo governo encontre condições de navegabilidade.

Medidas sérias de contenção dos gastos terão de ser tomadas. O governo terá de dar ao País não simples declarações mas a certeza de que está realizando um trabalho sério, capaz de pôr a inflação para baixo. Não adianta falar em cortar gastos e vir com a criação das Zonas de Processamento de Exportação, que serão um verdadeiro festival de incentivos.

Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, do Departamento de Documentação e Estatística da Fiesp. Estamos vivendo um período pouco característico, com muitas indefinições, como as negociações da dívida externa e a Constituinte. Não vamos clarear o cenário enquanto pontos como esses não estiverem definidos. Mas uma solução mais definitiva só virá com as eleições. Só o novo governo, com respaldo popular, vai conseguir trazer algumas modificações substanciais.

No entanto, precisamos viver até lá. Existem alguns problemas urgentes, uma inflação quase insuportável. Nós defendemos um tratamento mais longo, um pacto social que permita a aplicação de um pequeno redutor. Se a expectativa de inflação fosse de 20%, a correção poderia ser de 19,5%. No mês seguinte, de 19,3%.

Mas o governo não vai querer perder sua base política nas próximas eleições, quando milhares de prefeitos e vereadores serão escolhidos. E ninguém ganha eleição com a inflação em 24%. Isso nos leva a prever que, provavelmente, o governo vai tomar alguma medida de impacto. Como estamos vindo na rabeira da Argentina, é normal que comece a pensar em um novo choque.

Carlos Antônio Luque, Economista. Uma decisão de bom senso tem muito a ver com o governo e os empresários. Os trabalhadores não têm muito o que fazer. É certo que o governo deveria fazer cortes. Para ter uma idéia, de 80 a 88 o nível de emprego no setor privado cresceu 9%, enquanto na administração pública alcançou um crescimento entre 30 e 40%.

Mas é preciso lembrar que os empresários no período mais recente têm mantido uma postura bastante tranquila do seu ponto de vista. As demandas salariais dos trabalhadores são aceitas porque são repassadas diariamente para os preços. De acordo com dados da Fiesp, se deflacionarmos o custo do salário nominal pelo indicador de preços nas indústrias pode-se verificar que o custo da mão-de-obra voltou ao nível do segundo semestre de 83. Isso demonstra que os empresários já recuperaram suas margens.

O governo deve tomar medidas que saiem sua máquina mas é importante que os empresários colaborem, reduzindo um pouco suas margens, colaborando para o crescimento real dos salários.

Os economistas podem ter duas visões: uma otimista, que considera que a inflação está alta, mas como existe indexação o setor real, que gera produto e emprego, está protegido. E o atual nível de inflação, que seria uma tragédia em países sem indexação, seria suportável para nós, já que, além do cruzado, temos uma moeda indexada, na forma da LBC, da LFT ou da OTN.

A outra visão, pessimista, nos leva a considerar que, com os dois congelamentos que já passamos e o terceiro choque na Argentina, os empresários vão começar a se preparar para novo congelamento, elevando seus preços. Isso acabará fazendo com que a hiperinflação aconteça, gerando a necessidade de um novo choque.

Lawrence Pih, presidente do Molhão Pacífico. Não são simples medidas feijão-com-arroz que vão acabar com a crise. O corte do déficit tem de ser encarado de uma forma muito mais ampla. Os empresários se colocam como vítimas, exigem cortes nos gastos do governo. Mas esquecem que boa parte desses gastos se deve à iniciativa privada, na forma de subsídios, custo, preços mínimos.

Quando se pensa em corte, quase sempre o que se corta são os investimentos e não o custo. Entretanto, o Brasil precisa de investimentos da ordem de US\$ 70 bilhões para poder manter a sua média histórica de crescimento, entre 5 e 6% ao ano.

O governo pode demitir 400 mil funcionários públicos, arquivar as usinas nucleares, esquecer a Norte-Sul. Mas é preciso que os empresários saiam de sua posição confortável, tenham um pingo de patriotismo e passem a enfrentar os riscos. O empresário que se nega a assumir riscos, a enfrentar a concorrência, não tem vocação para empresário.

Roseli Azambuja, diretora associada de pesquisa da Standard Ogilvy and Mather. Em pesquisa que fizemos no começo de maio constatamos que a população é veemente contra um novo congelamento. A experiência do Cruzado deixou todo mundo frustrado. As pessoas não viram o governo tomar medidas que funcionavam. A descrença é muito grande. A idéia é de que o Brasil parece uma nau, sem rumo. Todo mundo critica, no entanto, ninguém tem a solução.